

AS ENFERMEIRAS-VISITADORAS EM SERGIPE E A DIFUSÃO DE SABERES PARA O CUIDADO EM SAÚDE (1931-1939)

Kelly Cristina Resende Rocha*

<https://orcid.org/0000-0001-9258-109X>

Simone Silveira Amorim**

<https://orcid.org/0000-0002-1305-6017>

Vera Maria dos Santos***

<https://orcid.org/0000-0003-3542-1676>

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo apresentar de que maneira ocorreu a formação e como era exercido o papel das enfermeiras-visitadoras sergipanas, dentro do contexto da Saúde Pública em Sergipe, destacando a importância da difusão das noções de higiene e dos cuidados com a saúde para a sociedade. Neste contexto, a enfermeira-visitadora fazia a conexão entre os domicílios e os serviços de saúde pública, pois adentrava as casas diariamente, ensinando os princípios de higiene, em uma tentativa de quebrar o ciclo de desenvolvimento das doenças presente nos lares. O marco temporal foi definido a partir das informações sobre a criação do curso de visitadoras no estado, em 1931, e a formatura da primeira turma, ocorrida em 1939. Trata-se de uma pesquisa de natureza histórica e documental. Esta pesquisa apresenta a contribuição das enfermeiras-visitadoras, reforçando a ne-

* Possui Mestrado em Educação/Unit-SE e Graduação em Enfermagem/Unit-SE. É integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (GEPES/Unit). E-mail: kellyrochao4@hotmail.com.

** Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPED/Unit-SE), possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, com pós-doutorado pela University of Massachusetts (UMass/Boston). É pesquisadora do ITP/SE, integra o Observatório da Educação Tiradentes (OBET) e o Portuguese Language Partnership for Education (PLPE/EUA). É associada à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e à Comparative and International Education Society. E-mail: simone_silveira@unit.br.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE), possui Mestrado em Educação/UFS-SE e Graduação em Geografia/UFS-SE. É associada à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).. E-mail: [ve-ramstos@yahoo.com.br](mailto:veramstos@yahoo.com.br).

cessidade de estudos sobre a educação feminina e suas complexidades, sobretudo na relação educação/saúde em Sergipe. Isso possibilita uma reflexão sobre a valorização da categoria, o reconhecimento dos protagonistas que tanto contribuíram para o desenvolvimento da profissão e da sociedade, além de reconstituir um capítulo da história da enfermagem sergipana.

Palavras- chave: Enfermeiras-visitadoras; História da educação; Saúde pública.

VISITING NURSES IN SERGIPE AND THE DISSEMINATION FOR HEALTH CARE KNOWLEDGE (1931-1939)

Abstract: this research aims to present how training took place and how the role of visiting nurses in Sergipe was performed, within the context of Public Health in Sergipe, highlighting the importance of spreading the notions of hygiene and health care for the society. In this context, the visiting nurse made the connection between homes and public health services, as they entered the homes daily, teaching hygiene principles, in an attempt to break down the cycle of disease development in homes. The time frame was defined based on information about the creation of the course for visitors in the state of Sergipe, in 1931, and the graduation of the first class, which took place in 1939. It is a historical and documentary research. This research presents the contribution of visiting nurses, reinforcing the need for studies on female education and its complexities, especially in the education/health relationship in Sergipe. This allows for a reflection on the valorization of the category, the recognition of the assets who contributed so much to the development of the profession and society, in addition to reconstructing a chapter in the history of nursing in Sergipe.

Keywords: Visiting nurses; History of education; Public health.

Introdução

Esta pesquisatem como objetivo apresentar de que maneira ocorreu a formação e como era exercido o papel das enfermeiras-visitadoras sergipanas, dentro do contexto da Saúde Pública em Sergipe, destacando a importância da difusão das noções de higiene e dos cuidados com a saúde para a sociedade. O marco temporal desta pesquisa compreende o período de 1931-1939, definido a partir das informações sobre a

criação do curso de enfermeiras pelo Departamento de Saúde Pública de Sergipe, em 1931, identificado nesta pesquisa como o primeiro curso de enfermagem realizado no estado, cuja formatura da primeira turma ocorreu em 1939. Para tanto, faz-se necessário explanar sobre o contexto da Educação e da Saúde Pública no Brasil e em Sergipe.

Justifica-se a relevância deste estudo pela carência de pesquisas nesse campo do saber em Sergipe, pela partilha de conhecimentos e pela necessidade de reconstituir a história da enfermagem sergipana, como também contribuir para as pesquisas sobre a história da educação e da enfermagem no estado.

Trata-se de uma pesquisa de natureza histórica e documental. As fontes acessadas foram decretos, relatórios de gestão, ficha de inscrição de alunas, extratos do Diário Oficial do Estado que versam acerca da temática, além de livros sobre a saúde pública e História de Sergipe, identificados no Arquivo Público do Município de Aracaju (APMA), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), além do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery. Ademais, foram também utilizados trabalhos acadêmicos, como dissertações, relacionados ao tema.

Entende-se que a maior parte das fontes utilizadas nesta pesquisa constitui-se de documentos e, segundo Le Goff, “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 470). No Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), foram buscadas as edições disponíveis do Diário Oficial do Estado de Sergipe (1931-1939), como também foram pesquisados Documentos da Escola Normal (Livro de Ponto dos Professores, Regulamentos), Documentos da Instrução Pública de Sergipe (Regulamentos, Solicitações de Professores, Relatórios das Escolas, ofícios etc.), além de Ofícios. E, ainda, Relatórios sobre a Saúde Pública de Sergipe, Regulamento do Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Estas fon-

tes foram utilizadas no sentido de ajudar a compreender de que maneira a Saúde Pública foi pensada pelo poder público, bem como ela foi materializada a partir da formação provida às enfermeiras. No Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, seguiu-se a trilha investigativa à procura de indícios sobre a história da enfermagem sergipana.

Quanto aos aspectos metodológicos, elegeu-se a abordagem qualitativa de cunho exploratório (CRESWELL, 2010), pelo fato deste estudo lidar com interpretações das realidades sociais ao buscar compreender o processo formativo e a atuação das enfermeiras-visitadoras sergipanas, bem como o contexto da Saúde Pública em Sergipe e não valores estatísticos sobre a enfermagem.

A análise foi realizada a partir da triangulação entre as informações identificadas nas fontes consultadas, o referencial teórico e tendo a matriz da História Cultural como base, a fim de responder aos objetivos da pesquisa, além de apresentar reflexão sobre a história da enfermagem e a educação de mulheres em Sergipe. O principal desafio foi encontrar informações sobre as enfermeiras-visitadoras sergipanas em fontes não oficiais, devido ao fato de não haver estudos publicados sobre a história dessas profissionais. Além disso, os livros e publicações no Estado pouco fazem referência à enfermagem sergipana. Sobre a História Cultural, Chartier (2002) ressalta que esta “[...] dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 2002, p. 73).

Evidencia-se, assim, uma aproximação entre a História Cultural e a História da Educação, acarretando vigor à historiografia, possibilitando, a partir dos vestígios identificados com base nas fontes mais variadas, um melhor entendimento do que ocorria no campo educacional em um determinado período.

A partir da perspectiva de campo, em consonância com Bourdieu (2004), sabe-se que a Escola se constitui como um campo onde há regras e normas a serem seguidas, mas que não são imutáveis e, portanto, estão sujeitas a mudanças. Para esse mesmo autor, o campo se constitui como um espaço que tem autonomia e regras próprias, mas que se submetem também às leis que regem a coletividade. Assim o autor define: “Os campos são os lugares de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Entretanto, não existiriam campo, normas, desenvolvimento da sociedade sem os saberes manifestados pelos indivíduos inseridos na sociedade. Para Brandão (1995), o saber das pessoas “envolve, portanto situações pedagógicas interpessoais, familiares e comunitárias, onde ainda não surgiram técnicas pedagógicas escolares, acompanhadas de seus profissionais de aplicação exclusiva” (BRANDÃO, 1995, p. 8).

Dessa forma, em um primeiro momento, serão apresentados aspectos da saúde pública em Sergipe em uma perspectiva histórica. Em seguida, o processo formativo das enfermeiras-visitadoras, assim como suas contribuições serão evidenciadas. Considera-se que, a partir da análise das fontes, do contexto histórico e social em que as enfermeiras-visitadoras estavam inseridas, será possível compreender as configurações estabelecidas pelas autoridades da época para poder identificar de que maneira ocorreu a inserção das enfermeiras-visitadoras sergipanas na saúde pública. Assim, em um primeiro momento, o contexto histórico a respeito de aspectos relacionados à saúde pública em sua relação com a educação será apresentado. Em seguida, o processo de formação das enfermeiras-visitadoras e a sua inserção no campo da enfermagem em Sergipe serão explicitados.

Recordar a saúde é escrever a História da Educação

Segundo Nunes (2008), a História da Educação de Sergipe está intrinsecamente relacionada à História do Brasil, de modo que, no campo educacional, cujo histórico de reformas contínuas e fragmentadas, movidas por ideias não condizentes com a realidade brasileira, também aconteciam no Estado. Assim sendo, para tratá-la, torna-se necessário traçar um paralelo entre a historiografia brasileira e sergipana, ressaltando fatos que dizem respeito aos mesmos momentos históricos.

Tendo isto em mente, é possível afirmar que as mudanças na Educação Brasileira começaram a ocorrer desde o Império, com a criação da sua Constituição, na qual o governo tomou para si a responsabilidade da instrução pública, antes pertencente à igreja. Percebe-se que existia uma preocupação com a educação, acreditando-se que era essencial para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade como um todo, sobretudo, naquela época, para a organização do Estado-nação (MONARCHA, 2016).

A Educação sergipana no início do século XX sofria com os reflexos das crises educacionais desde o Período Imperial. Dentre essas reformas, destaca-se a Reforma de Leôncio de Carvalho, sendo implantada por meio do Decreto de 20 de abril de 1877, tendo como principais características a liberdade de ensino e a laicização, consideradas um ousado desafio, diante da tradição pregada pelos Jesuítas. Esta também permitiu a abertura de escolas primárias de ensino misto, onde as mulheres foram inseridas, diferente de outras épocas em que somente os meninos da classe elitista tinham acesso (NUNES, 2008).

No que diz respeito à educação feminina, tanto no âmbito nacional como em Sergipe somente recebiam instrução as moças de famílias abastadas. Porém, com a criação das Escolas Normais, apesar das defi-

ciências e tentativas frustradas para sua implantação, possibilitou-se o acesso das mulheres que não se casavam, mas que almejavam independência financeira e ter uma profissão. Em Sergipe, a Escola Normal feminina foi criada somente em 1877, pelo diretor da instrução pública Manuel Luís. Teve como motivação a baixa adesão masculina à referida escola, em um momento que o Estado havia se proposto a reorganizar a instrução pública (NUNES, 1984).

Nesta perspectiva, apesar do período de implantação da Instrução Pública em Sergipe ter sido marcado pela lentidão desse processo e sucessivas reformas, ao mesmo tempo foi um momento rico, pois os intelectuais estavam atuantes. No entanto, ocorreram discussões intensas e determinações diversas, visto que a cada nova eleição para gerir o Estado criava-se outra reforma (NUNES, 2008), descontinuando ações anteriores. Assim, foram criadas várias normativas e regulamentações, tanto do ensino primário e Escola Complementar como da Escola Normal, publicadas no Diário Oficial do Estado, como mostra o Quadro 1, seguinte.

Quadro 1 – Editais publicados no Diário Oficial do Estado de 1920. Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com a transcrição das informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-05, 1920.

<p>Editais para a matrícula no Curso Primário e na Escola Complementar</p> <p>De ordem do sr. dr. Diretor da Instrução Pública, faço saber que, consoante determinação do Regulamento da Instrução, se achará aberta em todas as escolas isoladas, grupos escolares e escola complementar, de 25 de Janeiro em diante, a matrícula</p>	<p>Para a inscrição nos exames de admissão á matrícula da 1ª série da Escola Normal</p> <p>De ordem do sr. Dr. Diretor da Instrução Pública, faço saber que de 20 a 30 do corrente se achará aberta, nesta Secretaria, a inscrição para os exames de admissão a matrícula da 1ª série da Escola Normal, consoante dispõem os arts. 302 e 303 do Regulamento da Instrução Pública.</p>
---	--

<p>respectiva, devendo terem início as aulas a 1 de Fevereiro (artigos 176 e 177).</p> <p>As condições para a matrícula no curso primário são:</p> <ol style="list-style-type: none">Ter o matriculando de 6 anos completos a 14;Ser vacinado e não sofrer moléstia contagiosa (artigo 178). <p>Para a matrícula na escola complementar servirá o diploma do curso das escolas isoladas ou dos grupos escolares (artigo 131).</p> <p>Dado e passado na Secretaria da Instrução Pública, os 8 dias do mês de Janeiro de 1920.</p> <p>O secretario Raymundo Ribeiro</p>	<p>Treze são as vagas prováveis, contempladas no número de matrícula 23 alunas da Escola Complementar, que lograram aprovação, e 14 alunas repetentes.</p> <p>As candidatas deverão requerer, estando habilitadas com os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none">certidão de idade maior de 14 anos e menor de 30;atestado de vacina e de que não sofrem de moléstia contagiosa, nem tem defeito incompatível com o magistério (Art.305). <p>O programa dos exames é o estabelecido pelo Decreto n. 648, de 1 de Fevereiro de 1917.</p> <p>Dado e passado na Secretaria da Instrução Pública, aos 10 do mês de Janeiro de 1920.</p> <p>O secretario Raymundo Ribeiro</p>
--	---

Percebe-se nas entrelinhas dos Regulamentos, descritos no quadro anterior, uma preocupação por parte dos gestores da época com a saúde dos alunos. Conforme Barros (2016), a história da educação e a medicina se entrelaçam devido ao comum interesse e à convergência das suas influências, de modo que objetivavam “atingir um maior número de indivíduos, estando a educação com a responsabilidade de incutir novos comportamentos que traduziram em civilidade” (BARROS, 2016, p. 49).

No Brasil, as constantes preocupações por parte dos médicos da Corte Imperial com higiene escolar estavam postas desde o século XIX. Estes tiveram por inspiração o modelo higienista da França, onde muitos deles cursaram medicina ou fizeram suas especializações e, ao longo dos anos, foram incorporando as prescrições higiênico-pedagógicas,

blindadas pelos poderes conquistados por eles, por meio da moral, do conhecimento científico e político (GONDRA, 2004).

Em Sergipe, mais especialmente na capital, Aracaju, apesar de ser considerada uma cidade planejada, contrastava este fato com a precariedade da higiene nas ruas e que, conseqüentemente, exalavam odores fétidos, além da água parada, possivelmente pelas irregularidades das construções, tanto públicas como particulares, entre outros problemas. Estes motivos trouxeram uma Comissão Sanitária Federal para o Estado em 1920; dentre as ações por ela demandadas, incluiu-se a limpeza de valas, bueiros e a vacinação, a fim de amenizar os problemas e evitar a propagação de doenças (SERGIPE, 1920). O Quadro 2, a seguir, descreve essas ações da comissão em Aracaju.

Quadro 2 – Anúncio com o resumo das ações da Comissão Sanitária Federal em Aracaju. Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com a transcrição das informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-05, 1920.

Comissão Sanitária Federal no Estado de Sergipe	
Resumo dos serviços realizados durante o mês de Janeiro de 1920	
Discriminação dos Serviços	Totalizados
Visitas efetuadas	13.991
Focos de larvas extintos	3.380
Caixas d'água de abastecimento lavadas	117
Outros depósitos lavados	2.291
Petrolagens de ralos, boeiros, sarjetas, etc.	755
Pesquisas de larvas em ralos, tinas, tanques, potes, etc.	25.163
SERVIÇO DA TURMA DE VALLAS	
Discriminação dos Serviços	Extensão
49 vallas limpas na extensão de	5.489m ²
2 vallas abertas na extensão de	756 m ²
16 sargetas limpas na extensão de	7.206 m ²
4 poços aterrados com	26 m ²
6 terrenos drenados com	10.625 m ²
4 cysternas exgottadas	
6 cysternas povoadas pelos "Girardinos"	
46 focos de larvas destruídos em boeiros, sarjetas, latas, etc.	

9 carredas de cascas de cocos enterradas	
SERVIÇO DE VACINAÇÃO CONTRA VARIOLA	
Vacinações	7
Revacinações ²⁵	
32	

Entende-se que estabelecimentos como escolas, presídios, mercados, entre outros, foram apontados pela desorganização em relação às prescrições higiênicas que, pelo olhar dos médicos, eram vistos como disseminadores de doenças (SILVA, 2006). De modo que, ao longo do tempo, especialmente no final do século XIX e durante o século XX, ocorreram diversas discursões envolvendo médicos sanitaristas e engenheiros que ajudaram os poderes públicos a estabelecer medidas sanitárias e várias ações combatentes de ordem tanto urbana quanto dentro das instituições para a melhoria da saúde pública (FARIA, 2015; SILVA, 2006).

Nesta direção, umas das ações do poder público sergipano referente à organização dos espaços públicos, instituições e até mesmo adequação das casas da população ocorreu em 1926, na gestão do Presidente do Estado Gracco Cardoso, com a edição do Código Sanitário do Estado de Sergipe. Este ficou sob a responsabilidade da “Diretoria Geral do Serviço Sanitário que tinha competência de fiscalizar as obras de saneamento e estudar as condições higiênicas de todos os edifícios a serem construídos” (SANTANA, 2001, p. 211). Manifesta-se, assim, o fortalecimento do campo da saúde tendo em vista as disposições sanitárias com base em saberes higienistas estabelecidos, considerando as necessidades da sociedade naquele período.

Assim, durante as duas primeiras décadas do século XX em Sergipe, não muito diferente do Rio de Janeiro, sofria-se com as epidemias, principalmente de cólera e varíola. Porém, as condições socioeconômicas e culturais favoreceram a incorporação das ideias higienistas com o apoio do governo, que almejava uma melhor condição de vida a

ser ofertada à sua população, sobretudo em áreas rurais, visto que movimentava a economia do Estado (SERGIPE, 1920). É nesse cenário que se inserem as enfermeiras-visitadoras, com a finalidade de auxiliar os poucos médicos sanitaristas e os gestores no combate às doenças e melhoria da saúde da população, por meio das práticas educativas em saúde nos domicílios, estabelecimentos e onde houvesse a necessidade.

Contudo, ao analisarmos as fontes, como regulamentos sobre a Instrução Pública, nota-se que os conhecimentos sobre higiene estavam presentes no Regulamento da Escola Normal desde 1900. Compreende-se que era uma forma de incutir nos alunos essas informações e eles as disseminariam nas suas casas, os hábitos de vida saudáveis, tornando-se aliados das ações de saúde pública para a promoção de saúde e o combate às epidemias. Porém, não era somente isso, para Gondra (2004, p. 470), “a higiene, de sua parte, era apresentada como uma verdadeira arte, um modo de fazer o homem e a sociedade novos. Era representada como a legítima arte de civilizar”.

Enfermeiras-visitadoras: processo formativo e contribuições

Para compreender o processo formativo das futuras enfermeiras-visitadoras é necessário falar do contexto escolar, sobretudo da Escola Normal, pois ser normalista, ou seja, ter o curso para exercer o magistério, era a única opção de profissionalização feminina no final século XIX e início do século XX, além do trabalho doméstico para aquelas que escolhiam o casamento. Sobre isso, Perrot (2016) afirma que “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era de ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o tra-

balho doméstico das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2016, p. 109).

No que se refere à Escola Normal, esta era a principal aspiração profissional das moças que queriam independência financeira e ajudar suas famílias. Entende-se que a criação da referida escola era de fundamental importância para a organização da Instrução pública, pois os dirigentes da província desejavam pessoas preparadas para o ensino primário (NUNES, 2008). Percebe-se, naquele período, o interesse pela instrução pública, essencial para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Para Nóvoa (1992), as escolas normais serviam para controle de qualidade do ensino regulamentado pelo Estado, como também para a legitimação do saber docente.

As escolas normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer (NÓVOA, 1992, p. 3).

Dessa forma, acredita-se que durante o período de formação no magistério, com base no marco temporal desta pesquisa, as futuras normalistas cursaram as disciplinas do Programa de cadeiras da Escola Normal de 1917, tendo como diretor o Dr. Helvecio de Andrade. Dentre as Cadeiras, existiam as de História Natural, Hygiene Geral e Escolar para o 3º e o 4º ano, porquanto, no referido programa, constavam desde geologia, botânica, zoologia até higiene com assuntos do saber médico, como “43. Moléstias que se contraem e propagam na escola; 44.

Noções de prophylaxia geral e individual, Inspeção medica nas escolas” (SERGIPE, 1917, p. 22).

Assim sendo, percebe-se que, com este programa, preparavam-se as futuras normalistas para outras oportunidades de trabalho, como sua inserção no curso de enfermeiras-visitadoras, configurando-se como possibilidade de atuação profissional posteriormente. Além disso, facilitava o acesso às escolas de enfermagem na capital federal, a partir de 1923, no qual teve início um novo formato de currículo para a formação de enfermeiras no Brasil, baseado nos moldes anglo-americanos, especialmente o *nightingaleano* (BARREIRA, 1999).

As primeiras décadas do século XX testemunharam a criação de um órgão nacional, que teria a função de gerir as questões de Saúde Pública, o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Suas ações dar-se-iam por meio dos seus agentes, diretores, médicos sanitaristas, enfermeiras diplomadas e, posteriormente, pelas enfermeiras-visitadoras, conduzindo a população de todo o país para o combate das doenças e ao progresso (SANTOS et al., 2011). Diante disso, há que se “considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas” (CHARTIER, 1990, p. 18).

O curso de enfermeiras-visitadoras no Distrito Federal, que na época era o Rio de Janeiro, foi criado através do Decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927, que regulamentou a execução dos serviços da Assistência a *Psychopathas*. Entretanto, esse decreto manteve o curso da Escola de enfermeiros e enfermeiras com duração de dois anos já existente e que, posteriormente, tornou-se a Escola Alfredo Pinto. No referido curso, foi adicionado mais um ano, com a finalidade de especialização em visitadoras sociais às mulheres diplomadas em enfermagem, mas foi extinto em 1942 (SILVA JUNIOR, 2012).

O curso de enfermeiras-visitadoras em Sergipe, criado com base no descrito acima, inicialmente ocorreu nos anexos do Hospital de Cirurgia, tendo como professores médicos sergipanos convidados pelo

diretor do Departamento de Saúde Pública de Sergipe, oferecia disciplinas e assuntos do modelo *nightingaleano*, que já era praticado na Escola de Enfermagem Anna Nery, no Rio de Janeiro. No entanto, foram realizadas adaptações, de acordo com o modelo da referida escola, assim como nas funções das enfermeiras que, no caso, foram direcionadas às práticas relativas à saúde pública (SERGIPE, 1931). O Quadro 3, adiante, apresenta a Portaria n. 24, sobre o curso em questão.

Quadro 3 – Descrição da Portaria n. 24, referente ao curso de enfermeiras-visitadoras. Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com base nas informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pastilha JDE-41, 1931.

Portaria n. 24

Estando criada a inspetoria de Higiene Infantil e exame médico-escolar, que deve a ser instalada ainda este ano e como não existem ainda enfermeira diplomadas em Sergipe, esta diretoria resolveu criar um curso de enfermeiras do Hospital de Cirurgia, para o que obteve assentimento do sr. Dr. Diretor do referido hospital, onde deverá funcionar o referido curso. As candidatas deverão submeter se a um exame de habilitação preliminar de acordo com o programa que já foi organizado nesta capital em 1924, com as modificações referentes as funções dessas enfermeiras.

O curso constará do seguinte: Anatomia e fisiologia: – Dr. Augusto Leite.

Primeiros socorros e ataduras; estruturas e funções dos diversos órgãos e sistema do corpo humano; prática de injeções. – (10 aulas).

Microbiologia – Dr. João Firpo.

Noções de microbiologia, tendo em vista demonstrar os característicos dos microrganismos em geral e germes patogênicos das doenças comuns. Demonstrações praticas dos principais tipos de micróbios.

(15 aulas).

Noções de pediatria e doenças infecto contagiosas, principalmente na criança. Dr. Lauro Hora.

Tuberculose- Fonte e vias infectocontagiosas. Medidas gerais de profilaxia. Notificação, vigilância isolamento, imunidade, inutilidade da desinfecção terminal; necessidade da desinfecção concorrente. Princípios de eugenia (15 aulas).

Higiene escolar e organização de serviço – Dr. Bastos Coelho.

Organização dos departamentos de saúde federal e estadual; organização nos municípios; higiene escolar, sua importância, delineamentos principais; registro sanitário escolar. Modo de tomar e de registrar dados referentes às crianças normais e anormais. A balança; a caveira. (10 aulas). Otorrinolaringologia e oftalmologia – Dr. Juliano Simões. Estudo rápido do nariz, ouvido, garganta e olhos. Principais moléstias, profilaxia das infectocontagiosas e defeitos desses órgãos. Estomatologia – Cir. Dentista Mario Bastos. Noções de anatomia da cabeça, dentição, carie dentaria e principais afeções da boca, profilaxia e higiene da boca. Suas vantagens (10 aulas). As aulas práticas serão dadas no Hospital de Cirurgia, as segundas, quartas e sextas-feiras, das 9 às 11 horas. As aulas teóricas, na diretoria de departamento de saúde pública às quintas-feiras. Haverá um livro de frequência, devendo três faltas, não justificadas, anular a matrícula. As enfermeiras deverão prestar exame de habilitação quando esta diretoria julgar oportuno.

Deste modo, acredita-se que esse foi o primeiro curso de enfermeiras-visitadoras e o início da trajetória da enfermagem sergipana, embora não existisse ainda uma enfermeira diplomada para dar aulas e supervisionar os serviços, conforme consta no Diário Oficial do Estado de Sergipe, que traz a Portaria nº 22 do Departamento de Saúde Pública de Sergipe, “Designando os srs. Drs. Simeão Vieira Sobral e farmacêutica Cesartina Regis para fazerem parte da comissão examinadora das candidatas ao curso de enfermeiras deste departamento” (SERGIPE, 1931, p. 25131). Como também a Portaria nº 24 (quadro 2) atesta que não havia enfermeira diplomada no Estado, pois descreve: “Estando criada a inspetoria de Higiene Infantil e exame médico-escolar, que deve a ser instalada ainda este ano e como não existem ainda enfermeiras diplomadas em Sergipe” (SERGIPE, 1931, p. 2).

Entretanto, essa realidade começaria a mudar com a criação do Departamento de Saúde Pública de Sergipe (DSPS) e a baixa do respectivo regulamento com o Decreto nº 48 de 16 de maio de 1931, que traz uma seção com normas a serem seguidas pelas futuras enfermeiras di-

plomadas (SERGIPE, 1931). Legitimou-se a oportunidade às moças sergipanas de inserção no campo da enfermagem, sendo que algumas seriam selecionadas para fazer um curso na área da enfermagem, no Rio de Janeiro, no qual se inseriu Opelina Rollemberg, primeira enfermeira sergipana pioneira na formação das enfermeiras-visitadoras. Neste contexto, Nóvoa afirma que:

A História da Educação não é importante apenas porque nos fornece a ‘memória dos percursos educacionais’ (que alguns casos se pode revestir de uma certa exemplaridade) mas sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social. (NÓVOA, 1992, p. 211).

Em Sergipe, um aliado anterior ao trabalho das enfermeiras-visitadoras para a difusão das ações do DSP, no sentido de prevenir doenças, era o uso de anúncios em jornais e no Diário Oficial do Estado, como descrito no Quadro 4. Eles exerciam função importante ao disseminar as informações sobre saúde, contribuindo para alertar a população quanto às medidas profiláticas, a fim de controlar as epidemias.

Quadro 4 – Descrição do anúncio do Departamento de Saúde Pública sobre a Febre Tifoide. Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com a transcrição das informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-41, 1931.

A febre typhoide ou *febre brava* como a chama o povo, é uma doença infectuosa, causada por um microbio da febre typhoide é transmitido ás pessoas sãs pelos doentes, pelos convalescentes, pelos portadores de germens, pela agua, pelo leite pelos alimentos, pelas moscas e pelos objectos de que se servem os doentes.

As evacuações e a urina dos doentes, dos convalescentes ou dos portadores de microbios que são pessoas sãs, mas, que trazem comsigoos germens da doença, não devem ser atiradas sobre a terra ou sumidouros permeaveis, pois, por infiltração, os microbios podem contaminar os poços, os corregos, cujas aguas, uma vez usadas para a irrigação das hortas

para a lavagem de pratos e outros objectos ou então bebidas por pessoas sãs, podem causar a doença e produzir uma epidemia.

As evacuações dos doentes de febre typhoide devem ser lançadas em latrinas, mas, antes precisa sofrer uma boa desinfecção. As roupas dos doentes devem ser desinfectadas e fervidas para depois serem lavadas. Onde não houver latrinas hygieneicas, as evacuações dos doentes devem ser enterradas em logares longe dos cursos d'agua e dos poços, sendo antes bem desinfectadas.

As moscas são transmissoras da doença, pois, pousando nas evacuações do doente, carregam nas patas e na tromba os microbios, depositando-os nos alimentos, quando sobre elles passeiam.

O doente de febre typhoide deve ser isolado sendo collocado no seu quarto um vaso com desinfectante, antes de lavadas, e os objectos de uso como copos, chicaras, talheres etc. Precisam ser abolido. Isolamento quer dizer que o doente fica só com as pessoas que o estão tratando.

As pessoas que lidam com os doentes devem ter muito cuidado com as mãos, lavando-as sempre que tocar no doente ou objectos por elle contaminados.

Os portadores de germens devem ter muito asseio e sempre lavar as mãos á sahida da privada. Merecem especial cuidado as cosinheiras que tá tiveram febre typhode, pois, podem contamina os alimentos pela falta de limpeza, principalmente dos mãos.

E' necessario evitar que as moscas pousem nos alimentos. Devem ser afastados das habitações os depositos de lixo, as estrumeiras, os curraes, os ranchos e os chiqueiros.

Na ocasião de epidemias, a agua deve ser fervida, para ser bebida. Não basta ser filtrada. O leite precisa soffrer uma fervura de dez minutos, para ser ingerido. Os alimentos devem ser bem cosidos. E' necessario que a Saude Publica seja notificada, sempre que apparecer um caso suspeito de febre typhoide, afim de que possam ser tomadas as providencias exigidas pelo caso.

Uma das melhores armas de defesa contra a febre typhoide é a vaccina que a Saude Publica fornece gratuitamente.

Para as febres paratyphoides são necessarios os mesmos cuidados para a febre typhoide. Nas dysenterias, doenças que se manifestam por evacuações frequentes com mucosidades sangue e tenesmos (puxos) podemos distinguir dois grupos principaes: bacillares e amebianas.

A dysenteria bacilar transmite-se do mesmo modo que a febre typhoide, exigido tambem os mesmos cuidados que esta. Adysenteria amebiana se propaga, quasi sempre, por contagio directo.

A emetina, extrahida da ipera, cura os symptomas, mas no decurso da doença ou nos portadores de germens, a ameba é encontrada sob a forma de kysto que é a contagiante sobre a qual a emetina não poder algum.

Percebe-se que o governo de Sergipe empenhava-se para promover a formação técnica de novas visitadoras e, conseqüentemente, a profissionalização da enfermagem, pois certamente os gestores compreendiam ser esse o melhor caminho para ampliar as possibilidades de construção do modelo de saúde desejável. Neste sentido, ainda em 1931, enviou um grupo de moças para cursar enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), no Rio de Janeiro. Entende-se que este é o marco da enfermagem profissional sergipana. Este fato foi verificado no Diário Oficial do Estado de 1931, onde consta a publicação de um ofício recebido da diretora da referida escola que informa:

De miss Bertha L. Pullen, directora da Escola de Enfermeiras, d. Anna Nery- Tenho em mãos o número do <Jornal de Notícias>, de Aracaju, de 21 de março último onde fomos encontrar, jubilosas, as referências elogiosas ao ensino de enfermagem da Escola de Enfermeiras, d. Anna Nery, graças ao precioso auxílio de v. ex. Com esta ótima propaganda, esperamos que a grande oportunidade oferecida pelo sr. Interventor do Estado, seja aproveitada pelas jovens sergipanas cultas e que tenhamos este ano as 10 candidatas que o Estado se propõe auxiliar. Teremos nova matrícula em princípios de agosto p.v., devendo a inscrição abrir-se desde julho. Inútil salientar a v. ex. que teremos o mais rigoroso escrúpulo no preparo das alunas que se destinam a ser pioneiras na enfermagem de saúde de Sergipe, afim, de que correspondam in-totum ao grande ideal que v. ex., se propõe realizar. Atenciosas saudações (SERGIPE, 1931, p. 24106).

Entre essas moças estava Opelina Rollemberg, brasileira, sergipana da cidade de Capela, que se localiza a 63 km da capital, Aracaju. Após sua estada no Rio de Janeiro, voltou a Sergipe, no final de 1937, formada em enfermagem pela EEAN e como funcionária do Departamento Nacional de Saúde Pública (UFRJ/CEDOC/EEAN, 1934). Sendo assim, o objetivo principal, com o seu retorno, seria implantar o serviço de visitadoras de saúde pública, o que ocorreu no em 1938, conforme

verificado no Dossiê e no Diário Oficial do Estado de Sergipe (Quadro 5).

Quadro 5 – Descrição do anúncio sobre o Curso de visitadoras de saúde pública. Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com transcrição das informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-67.

Curso de visitadoras de saúde pública

Com o início, ontem, do curso para as futuras visitadoras de Saúde Pública de Sergipe, tem este Departamento vencido mais uma etapa a caminho de uma das suas melhores realizações. Nas organizações modernas de Saúde Pública, constituem esses elementos a linha avançada, a colaboradora direta dos serviços educativos, epidemiológicos e profiláticos. Sergipe, está pois, graças á reforma impressa ao Departamento, pelo exmo. sr. Dr. Eronides de Carvalho, Interventor Federal, o seu corpo de enfermeiras visitadoras, formadas em escola técnico-sanitária, equiparando-se assim aos grandes Estados da Federação. O curso será intensivo e durará 6 meses como instrutora a enfermeira d. Opelina Rollemberg, diplomada pela Escola Ana Neri no Rio de Janeiro e funcionária do Departamento Nacional de Saúde, ora em comissão neste Estado, serão também ministradas noções das seguintes disciplinas: Microbiologia, Anatomia, Química, Fisioterapia, Obstetrícia e Ginecologia, Patologia, Higiene Mental, Higiene Infantil, Higiene Escolar, Tuberculose, Primeiros Socorros, Higiene Oral, Doenças Venereas e Dermatológicas, Oftalmo-otino-laringologia, Matéria Médica e Farmácia, Drogas e Soluções.

Formou-se, assim, a primeira turma de enfermeiras-visitadoras no início de 1939 e logo foram nomeadas. Segundo o discurso do diretor do Departamento (Quadro 6), publicado no Diário Oficial do Estado (1939), esse fato foi considerado inacreditável por muitos na época devido à baixa adesão das moças ao curso, além dos entraves de cunho político. Mas, com a união dos esforços do governo do Interventor Federal Eronides Carvalho, dos médicos do Departamento Nacional de Saúde Pública e da enfermeira Opelina Rollemberg, foi realizado o curso com duração de seis meses. Assim, das 13 candidatas inscritas, for-

maram-se 8 moças, que superaram os obstáculos “com dedicação e amor” à nova profissão (SERGIPE, 1939).

Quadro 6 – Descrição de parte do discurso do diretor do Departamento de Saúde Pública de Sergipe na formatura das Visitadoras. Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com transcrição das informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-69, 1939.

Senhor Interventor Federal, Meus senhores, minhas senhoras.

O Curso de Visitadoras do Departamento de Saúde Pública de Sergipe, acaba de conferir diploma a sua primeira turma de Enfermeiras Visitadoras. Indiscutivelmente representa este ato, uma das mais sólidas realizações em prol do desenvolvimento dos serviços de Saúde Pública no Estado. É interessante lembrar agora, que, quando o esclarecido governo do Interventor Eronides de Carvalho, pelo decreto-Lei n. 98, criou o Curso de Visitadoras do Departamento, abrindo caminho ao grande empreendimento que hoje se efetiva, poucos foram os que acreditavam na realização de semelhante iniciativa. Ninguém compreendia, como poderia ser levado avante em Sergipe, coisa tão difícil. A voz geral era de que o curso não iria além da publicação do Decreto-Lei.

Hoje porem a realidade é muito diferente: não aconteceu o que era previsto. O curso de Visitadoras venceu e provou que nada é quando existe força de vontade e interesse pelo trabalho orientado. Assim é que 8 moças da melhor sociedade de Aracaju recompensando o trabalho dos que pugnaram pela grande ideia, acabam de receber os seus diplomas de Visitadoras de Saúde. Convém não esquecer porém, a bem da verdade, que não foram poucos os sacrifícios e que muitos foram as dificuldades vencidas para a efetivação do grande empreendimento. O que se passou nos 7 longos meses que separaram a publicação do Decreto, da entrega hoje dos diplomas, só sabe quem acompanhou de perto o andamento das coisas. Uma luta muito intensa foi travada entre a vontade de vencer e o comodismo. A princípio, era o não aparecimento de candidatas á inscrição, dificuldade esta que foi vencida não sem muito esforço, por uma bem orientada campanha de propaganda e 13 moças, todas com estudos secundário e por conseguinte com sólidos conhecimentos básicos, requereram inscrição no embrionário Curso de visitadoras. Vieram em seguida as dificuldades para conseguir local adequado ao bom funcionamento do Curso, depois a aquisição de material de instalação e, finalmente, o complexo e sério problema dos professores.

Todos estes impecílios foram, porém removidos, uns, pela boa vontade e pela alta compreensão do poder central e os outros, pela dedicação ao trabalho e pelo interesse sempre demonstrado tanto pela hábil e inteligente enfermeira Opelina Rollemberg como pelos ze-

losos e competentes médicos, que formam não só o corpo de técnicos especializados, como o de clínicos do Departamento de Saúde. Além disto, ainda contou o Curso de Visitadoras com a colaboração eficiente de alguns médicos que, embora não se negaram em atender com solicitude ao apelo que lhes foi dirigido. Assim uma a uma, todas as dificuldades foram vencidas. O curso de Visitadoras tornou-se uma realidade e hoje todos reconhecem o valor da iniciativa.

Neste contexto, a enfermeira-visitadora fazia a ponte entre os domicílios e os serviços de saúde pública. Elas adentravam as casas diariamente ensinando os princípios de higiene, em uma tentativa de quebrar o ciclo de desenvolvimento das doenças presente nos lares. Assim, os cuidados iam da alimentação ao trabalho, em todas as faixas etárias, sem fazer acepção de pessoas. Entende-se que, com frequência, realizavam campanhas de educação sanitária, sobretudo com ações que envolviam o binômio mãe-filho, visto que é o período que requer bastante atenção por parte dos profissionais para evitar complicações, principalmente para as crianças recém-nascidas e puérperas (SERGIPE, 1939).

Dessa maneira, as novas concepções de saúde pública, bem como a participação de outros profissionais sanitaristas (engenheiros, urbanistas, políticos) indicavam a necessidade de novos agentes sociais, cujas disposições pessoais e profissionais viabilizassem a proposta sanitária, no sentido de complementar o trabalho do médico, por meio de cuidados, vigilância e educação sanitária às famílias a partir de visitas domiciliares e também cuidar dos que convalesciam nos dispensários sob a responsabilidade do Governo Federal (SANTOS et al., 2011), constituindo-se como saberes essenciais à saúde pública.

Portanto, a construção do conhecimento histórico na área da enfermagem, em meados do século XX, tornou-se possível por meio da identificação das bases fundamentais para a produção de saberes, principalmente relacionados à história dos protagonistas responsáveis pelo

desenvolvimento da profissão. A enfermagem sergipana foi adquirindo conhecimentos científicos que são de sua competência e adaptando-se às frequentes mudanças dentro do contexto político e social nacional de cada época, em um movimento de inserção e fortalecimento de posição no campo da saúde. Assim, torna-se fundamental estudar o contexto histórico da profissão, estabelecendo uma relação com a história da sociedade e seus indivíduos.

Considerações finais

Ao longo do percurso desta pesquisa, buscou-se compreender o contexto em que as enfermeiras-visitadoras estavam inseridas, inclusive no que diz respeito à educação, pois os cuidados com a higiene já faziam parte das disciplinas do curso do magistério da Escola Normal, que incluía ainda noções de saberes da medicina. Assim sendo, as medidas higiênicas como premissas da Saúde Pública para o combate das doenças eram consideradas também um indicador de civilidade da população e como parâmetro para as medidas administrativas que os gestores da época precisavam para lidar com os problemas causados pelas doenças.

Logo, considera-se fundamental o papel das enfermeiras-visitadoras para a difusão das noções de higiene e dos cuidados com a saúde de modo geral, para a sociedade sergipana. Eram elas que iriam adentrar as casas das famílias para orientar a população, assim como sinalizar aos gestores os focos das doenças e auxiliar no seu combate por meio da educação em saúde. Assim, durante essa caminhada, foram analisados os discursos, as legislações e normativas, tanto da educação como da saúde pública, que ajudaram a entender o papel dessas agentes, reconstituindo um pouco da história da enfermagem sergipana, que se entrelaça com outras histórias.

Embora este estudo não esteja focalizado na História das Mulheres, nem especificamente das mulheres sergipanas, acredita-se que, em alguns pontos, as fontes documentais e as análises realizadas podem contribuir para outras pesquisas nesse campo do saber no Estado de Sergipe.

Portanto, esta pesquisa reforça a necessidade de estudos sobre a educação feminina e suas complexidades, sobretudo na relação educação/saúde em Sergipe. Nota-se, aqui, a importância da divulgação do significado da história da enfermagem, no sentido não somente de conhecer o passado, como também contribuir para a ampliação do olhar sobre os acontecimentos, considerando o contexto histórico em que ocorrem. Isso possibilita uma reflexão sobre a valorização da categoria, o reconhecimento dos protagonistas que tanto contribuíram para o desenvolvimento da profissão e da sociedade, além da possibilidade de reconstituir a história da enfermagem sergipana.

* * *

Referências

BARREIRA, Ieda de Alencar. Memória e História para uma nova visão da enfermagem no Brasil. *Revista latino-americana de enfermagem* - v. 7 - n. 3 - p. 87-93 - julho 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11691999000300012>. Acesso em: 22 set. 2018.

BARROS, Ângela Maria Melo Sá. *Educação, higiene e saúde: “história natural e higiene geral e escolar” na Escola Normal de Sergipe (1879-1930)*. Dissertação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

BRASIL. Decreto n. 17.805, de 23 de maio de 1927b. *Approva o regulamento para execução dos serviços da Assistência a Psychopathas no*

Districto Federal. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1927, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1928, Volume II de janeiro a dezembro de 1927, Actos do Poder Executivo, p. 198.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo. UNESP, 2004.

CRESWELL, Jonh W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto*. Tradução: Magda Lopes; 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Editora: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 19, p. 115-122, 2015.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro, EDUER, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1990.

MONARCHA, Carlos. *A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX)*. Uberlândia: EDUFU, 2016.

NÓVOA, Antonio. *Formação de professores e profissão docente*. Repositório da Universidade de Lisboa, 1992.

NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: UFS, 1984.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SANTANA, Antonio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju, SE, 2001.

SANTOS, Tania Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar; FONTE, Aline Silva da; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. Participação americana na formação de um modelo de enfermeira na sociedade brasileira na década de 1920. *Revista Esc. Enfermagem USP*, p. 966-73, 2011.

SERGIPE. *Anúncio com o resumo das ações da Comissão Sanitária Federal em Aracaju*. *Diario Oficial do Estado de Sergipe – Aracaju*. Ano I - N. 32 da República – 7 de fevereiro de 1920, p.1023. Pacotilha JDE-05 – Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE. *Editais para matrícula na Escola Complementar e Escola Normal*. *Diario Oficial do Estado de Sergipe – Aracaju*. Ano I - N. 32 da República – 10 de janeiro de 1920, p. 748-749. Pacotilha JDE-05 – Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE. *Programa das cadeiras da Escola Normal e do curso complementar do Estado de Sergipe*, 1917. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Sergipe, cx. 21, doc. 319.

SERGIPE. *Portaria n. 24 (Dispõe sobre o curso de enfermeiras-visitadoras em Sergipe)*. *Diario Oficial do Estado de Sergipe – Aracaju*. Ano XIII - 43 da República -N. 3358 – 23 de julho de 1931, p. 2. Pacotilha JDE- 41– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE. *Anúncio do Departamento de Saúde Pública sobre a Febre Tifoide*. *Diario Oficial do Estado de Sergipe – Aracaju*. Ano XIII - 43 da República -N. 3358 – 23 de julho de 1931, p. 2. Pacotilha JDE- 41– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE. *Anúncio sobre o Curso de visitadoras de saúde pública*. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Ano XIX- nº51 da República N. 7521 03 de agosto de 1938. Disponível em: pacotilha JDE-67, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE. *Discurso do diretor do Departamento de Saúde Pública de Sergipe na formatura das enfermeiras-visitadoras*. *Diario Oficial do Estado de Sergipe – Aracaju*. Ano XVIII - 51 da República -N. 7.509 –

01 de fevereiro de 1939, p. 2. Pacotilha JDE- 69– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SILVA, Henrique Batista. *História da Medicina em Sergipe*. Aracaju – SE, 2006. Disponível em:

<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/a%20historia%20a%20medicina%20em%20sergipe.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SILVA JUNIOR, Osni Claudiano da. *O curso de especialização em visitadoras sociais da assistência aos psicopatas do Distrito Federal (1927-1942)*. Dissertação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

UFRJ/CEDOC/EEAN - Universidade Federal do Rio de Janeiro - *Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery* – Rio de Janeiro. Coleção de Informações Técnica Profissional- SERVIR. Vol. 1; Módulo GR, Caixa 11, 1934.

Recebido em 08 de setembro de 2022.

Aprovado em 03 de outubro de 2022.